



Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – OUTUBRO DE 2017

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, no Teatro Afonso Arinos, situado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, inicialmente sob a presidência de Leonardo Randolpho, diretor-presidente do Instituto Municipal de Cultura e Esportes, logo após assumindo Claudio Partes, representante do segmento de artes plásticas, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com as presenças dos conselheiros representantes do referido Instituto Maria Luísa Rocha Melo, Leonardo Randolpho, Marcelo Vieira, Arthur Varella, Leandro Kronemberger e Marcelo Fernandes, contando ainda com as seguintes presenças: conselheiro Jaime Moreno Alves, representante do segmento de literatura; conselheira Elisabeth S. Silveira e seu suplente Pedro Azevedo Fernandes, representantes do segmento de teatro; conselheira Deise M^a C. Goettner, representante da Secretaria de Educação; conselheira Aline Castella, representante do segmento de audiovisual; conselheira Graça Pimentel, representante suplente do segmento de artes plásticas; conselheira Gisele Gimenez Destro Carneiro, representante da Secretaria de Assistência Social; conselheiro Ivo Mendes da Silva, representante das escolas de samba e blocos carnavalescos; conselheiro Guilherme Barcelos, representante do segmento de cultura de rua; conselheiro Carlos José Lima, representante do segmento de bandas marciais; conselheira Sonia Maria Pereira e seu suplente Gabriel de Medeiros Torres, representantes do segmento de artesanato, e conselheiro Anderson Campos Felipe, representante da Secretaria do Meio Ambiente. Também presentes os visitantes Andrea Almeida (IMCE), Diana Iliescu (segmento de audiovisual), Eva da Silva Brandão (segmento de artesanato), Cristina Lima, Paulo Campinho, Marcio Werderits, Sônia Regina (segmento artesanato), Dafne de Souza Silveira (Cia. Construção Cena), Felipe Batista da Silva Marques (Sociedade Teatral Karikattus) e Priscila Castro (Studio HipBoi e Núcleo Sô Forrozero).

Realizadas a leitura e aprovação da ata da assembleia ordinária ocorrida no mês de setembro.

Na premissa de vice-presidente, Leonardo Randolpho iniciou a reunião até a chegada de Claudio Partes.

Pedro Fernandes fez a entrega da documentação que legitima a eleição dos novos representantes do segmento de teatro para o biênio 2018/2019, sendo Elisabeth Souza a titular e Pedro Fernandes, suplente. O segmento de artesanato também apresentou sua nova representatividade, sendo Sônia Maria Pereira a titular e Gabriel de Medeiros Torres, suplente. Carlos Lima informou que o segmento de bandas marciais se reunirá ainda este mês para eleição de seus novos representantes.

Claudio Partes assumiu a reunião, observando que muitos dos trabalhos inscritos no Edital de Seleção Pública de Projetos Culturais foram considerados inabilitados pelo Delca por falta da documentação exigida, e que considerou o número de projetos deferidos no resultado final muito aquém de suas expectativas. E que acha importante que seja estudada uma maneira de aprimorar futuros editais, desburocratizando-os ainda mais. Lamentou que a Comissão de Projetos do CMC não tenha tido sequer a oportunidade de conhecer o teor dos projetos inabilitados pelo Delca e que, na verdade, menos da metade dos projetos inscritos chegaram à comissão. Sugere que esta mecânica seja invertida de forma que projetos de conteúdos relevantes não sejam logo de início reprovados por falta de algum tipo de documentação. Leonardo Randolpho acrescentou que esteve no Delca para tomar conhecimento dos projetos inabilitados e conferiu que, realmente, todos eles apresentaram problemas como certidões vencidas, mas que, porém, não existe outra forma de se proceder, uma vez que trata-se de cumprir com a legislação federal. E que, neste caso, o papel do Delca é similar a de um cartório. Lembrou que três dias antes do encerramento das inscrições do edital nenhum projeto havia sido enviado, e que considera importante que todos devam trabalhar com uma maior

antecedência, já que o processo de aprovação da documentação é inevitável na habilitação. Ivo Mendes questionou se o Delca não poderia ter auxiliado os proponentes na emissão das certidões, ao que foi respondido por Leonardo Randolpho que, em se tratando de concorrência, este procedimento é considerado ilícito. Marcio Werderits ponderou que não há como abrir precedentes para a cultura por méritos subjetivos, ao que Priscila Castro retrucou que não é o caso de conceder privilégios, mas que seria importante que alguém do próprio IMCE auxiliasse no conferimento da documentação. Cláudio Partes ponderou que, neste caso, seria melhor que o proponente recorresse a uma produtora para ajudá-lo. Andrea Almeida acrescentou que, enquanto servidora do IMCE, foi orientada inclusive a não conferir nenhuma documentação, sendo essa a responsabilidade única e exclusiva do proponente. Diana Iliescu se prontificou a realizar uma oficina gratuita de capacitação para apresentação de projetos para concorrência em editais, pois acha importante que haja uma preparação melhor para um próximo edital. Guilherme Barcelos questionou o fato de ter apresentado a documentação faltante no recurso, e que mesmo assim foi indeferido, ao que Leonardo Randolpho esclareceu que a documentação deve ser apresentada necessariamente no ato da inscrição, não sendo válida que se apresente posteriormente no recurso. Pedro Fernandes sugeriu que direcionasse a verba não utilizada neste edital para melhorias do Teatro Afonso Arinos, atendendo assim a todos os segmentos, ao que Claudio Partes respondeu que irá discutir sobre isso mais tarde. Quanto à concorrência pública, Claudio destacou a importância de não só focar no projeto em si, mas também nas exigências e no cumprimento dos prazos estabelecidos, para que conteúdos relevantes não sejam novamente embarreirados por conta da burocracia. Leonardo Randolpho complementou que, quanto a isso, não há como buscar mecanismos paralelos, uma vez que o uso de recursos públicos deve necessariamente obedecer a legislação. Chamou a atenção para o fato do recurso do Funcultura ser de natureza pública e não verba do CMC, e que discussões como esta faz com que o foco maior deste Conselho, que é o da política pública cultural, que deveria estar sempre presente nos debates da plenária, acabe se perdendo, e que os conselheiros deveriam se voltar para pautas mais amplas, ao invés de insistirem em tentar modificar procedimentos que são, afinal de contas, lícitos. Cláudio Partes concluiu que é preciso que se tenha mais atenção nos próximos editais e que o importante é avançar nas ações. Perguntou ao Leonardo Randolpho quanto ao recurso que sobrou, ao que foi respondido que não haverá mais destinação neste ano. Claudio Partes sugeriu que este recurso seja aplicado em benfeitorias no Centro de Cultura. Leonardo Randolpho explicou sobre a questão do planejamento orçamentário e a disponibilidade financeira, esclarecendo que o Funcultura é mais uma conta bancária impactada com a questão da falta dos repasses, muito embora o seu valor orçamentário não tenha sido alterado. Propôs que as pautas do CMC não se restrinjam ao orçamento. Ivo Mendes sugeriu que o recurso seja destinado à compra de instrumentos musicais para a Escola de Samba Império de Petrópolis, ao que Leonardo Randolpho respondeu que talvez houvesse um impeditivo legal nisso. Cláudio Partes destacou ainda que não se deve contar somente com a verba de um edital público, devendo o proponente utilizar este meio para também captar recursos. Por fim, sugeriu que o valor restante seja aplicado no Centro de Cultura, e propôs um estudo para que os agentes culturais sejam mais ágeis nesta e em outras esferas, devendo o Conselho pensar em um edital para a próxima reunião.

Marcio Werderits se colocou à disposição para receber de cada um dos segmentos suas demandas e necessidades específicas, solicitando que discriminassem material, incluindo ordem de grandeza e valor. Cláudio Partes complementou que ninguém melhor que o artista para dizer o que cada segmento necessita. Convidou a todos para que se mobilizassem, pois é preciso que haja maior proatividade para que a situação atual seja mudada. Encaminhou que o CMC oficiasse a Secretaria de Obras para que fosse feito levantamento para obras do Centro de Cultura e a proposta foi aprovada pela maioria, após debates e ponderações dos presentes. Arthur Varella se pronunciou, dizendo estar insatisfeito com o estado de abandono em que o Teatro Afonso Arinos se encontra, e que vem procurando por todos os meios, até agora sem sucesso, captar recursos para reforma deste espaço que considera vital no Centro de Cultura.

Aline Castella divulgou a programação do II Festival Imperial de Cinema de Petrópolis, a ser realizado no período de 18 a 22 de outubro, trazendo à cidade, além do foco do cinema nacional,

uma série de oficinas, debates e workshops. O site do evento é www.festivaldepetropolis.com.

Cláudio Partes retomou a discussão acerca da redação do pacto como ferramenta para pressionar o poder público a agir em prol da cultura, e propôs que sejam pontuados estes itens a serem apresentados ao prefeito, com ele presente na assembleia ordinária do mês de dezembro. Ficando todos de acordo com a proposta, foram aprovados os seguintes apontamentos a serem destacados no referido documento:

- Reforma e reorganização do Centro de Cultura Raul de Leoni
- Reestruturação da programação do Centro de Cultura Raul de Leoni
- Implantação de programas de iniciação artística
- Elaboração da Lei Municipal de Incentivo à Cultura
- Reestruturação e efetivo funcionamento do Petrópolis Film Commission
- Ações com atividades de incentivo e fomento à cultura (incluindo leituras dramatizadas)
- Interface dos segmentos de cultura com o IMCE quando nos eventos oficiais
- Implantação de programas de capacitação de agentes na área cultural
- Revisão de legislação específica (LUPOS, COPERLUPOS etc.)
- Retorno do Museu Casa de Santos Dumont à pasta da cultura.

Quanto à revisão do Plano Municipal de Cultura, Leonardo Randolfo anunciou que é intenção do IMCE contratar o especialista Flávio Aniceto como consultor no processo deste trabalho, uma vez que ele coordenou anteriormente a sua implementação.

Dando início aos informes gerais, Aline Castella divulgou o evento “Uma câmera na mão e Petrópolis na cabeça: 120 anos de cinema”, apresentado pelo Cinema 360°, em que serão exibidos filmes e ministradas oficinas de realização em audiovisual, no período de 14 de outubro a 28 de dezembro, com as inscrições gratuitas abertas até o dia 13 de outubro. Destacou que este projeto foi um dos vencedores do Edital de Seleção de Projetos Culturais 2017.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 1ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Claudio Partes.

Petrópolis, 09 de outubro de 2017.

Maria Luísa Rocha Melo
1ª secretária

Claudio Partes
Presidente